

---

## Expansão do capital e sujeição da renda camponesa na produção de cana e cachaça no povoado de Santa Luzia-Caetité-BA

### Capital expansion and subjection of peasant income in the production of cane and cachaça (sugarcane liquor) in the village of Santa Luzia-Caetité-Bahia-Brazil

Fabiana Gomes Soares \* 

Suzane Tosta Souza \*\* 

#### Resumo

O presente artigo visa analisar as transformações ocorridas no cultivo da cana, desde o processo da produção à comercialização da cachaça no povoado de Santa Luzia-Caetité-BA, em decorrência das exigências do mercado, e no que essas implicam na reprodução da vida dos sujeitos/famílias que vivem do trabalho na terra. A pesquisa consiste, por meio de uma problemática concreta, na busca de um aparato teórico que dê suporte ao tratamento da questão agrária brasileira, bem como de fontes documentais em instituições públicas, e no que essas se confrontam com a lógica de vida das famílias pesquisadas. Por fim, à luz do aparato teórico que evidencia a realidade como parte das contradições sociais e históricas, realizou-se pesquisa de campo nas unidades de produção, por meio de entrevistas com os produtores diretos. As diversas atividades realizadas não perderam de vista a relação teoria e prática, em que, dialeticamente, uma se recria na outra. Verificou-se que as formas de intervenção do capital no campo, via sujeição da renda da terra, vêm representando dificuldades concretas no processo de reprodução das famílias camponesas. Ainda assim, estas permanecem na terra e lutam para melhorar a produção e suas condições de vida.

**Palavras-chave:** camponês; capital; sujeição da renda; reprodução social; transformações na produção.

---

\* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. Vitória da Conquista, BA, Brasil. E-mail: [fabianasoares@yahoo.com.br](mailto:fabianasoares@yahoo.com.br)

\*\* Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Vitória da Conquista, BA, Brasil. E-mail: [suzane.tosta@uesb.edu.br](mailto:suzane.tosta@uesb.edu.br)

## Abstract

The present article intends to analyze the transformations occurred in the cultivation of cane, from the production process to the commercialization of cachaça in the village of Santa Luzia-Caetité-Bahia-Brazil, as a result of market demands, and what it implies in the reproduction of life of the subjects/families whose lives depends on land labor. The research consists, through a concrete problem, in the search for a theoretical apparatus that supports the treatment of the Brazilian agrarian point in question, also for documentary sources in public institutions, and in what these are confronted with the researched families' life logic. Lastly, the theoretical apparatus' light that highlights reality as part of social and historical contradictions, field research was carried out in the production units, through interviews with the direct producers. The diverse activities carried out did not lose sight of the theoretical and practical relation, in which, dialectically, one recreates itself in the other. It was observed that the forms of capital intervention in the field, via subjection of income of the land, represents concrete difficulties in the reproduction process of peasant families. Even so, those remain on the land and strife to improve production and their living conditions.

**Keywords:** peasant; capital; subjection of income; social reproduction; production transformations.

---

## Introdução

A pesquisa que deu origem ao referido artigo se situa no contexto dos estudos agrários desenvolvidos pela Geografia e Ciências afins e tem no processo de produção da cachaça desenvolvida por diversas famílias camponesas no povoado de Santa Luzia, Caetité-BA, seu principal *loco* analítico. A problemática objetiva evidenciar que a expansão do capital no campo, e no povoado pesquisado, representa formas concretas de sujeição da renda dos camponeses, apropriadas pelo mercado local/regional e mesmo em outras escalas, o que, se por um lado, acaba sendo uma possibilidade de sobrevivência para as famílias, por outro, representa maiores dificuldades na sua reprodução social ao estarem, completamente, vinculadas aos desígnios do mercado.

Assim, busca-se compreender o processo produtivo da cana até a produção da cachaça, e as relações de trabalho desenvolvidas nesse contexto, com destaque às dificuldades apresentadas pelos produtores diretos, não apenas para garantir uma produção, mas também para comercializar o pequeno excedente, o que os levam à constante condição de instabilidade, em que o processo de sujeição de parte significativa de suas rendas aos atravessadores e comerciantes predomina. Um percentual considerável

do trabalho é apropriado, e a relação de exploração se faz presente, dificultando a possibilidade de melhorias para os sujeitos que vivem do trabalho na terra. Historicamente esse processo de sujeição da renda faz parte da realidade das comunidades camponesas no Brasil. Assim, entender como isso se expressa na particularidade da produção da cachaça no povoado de Santa Luzia é o desafio do referido texto.

O povoado de Santa Luzia, localizado no interior do semiárido baiano, encontra-se a 12 km da sede do Município de Caetité. Juntamente com as demais comunidades adjacentes: Campinas, Taquaril, Pedra Grande, Sítio da Manga, Água Quente, Palmeiras, Boa Vista, São Miguel, Barra de Caetité, Baixão, Candonga e Barreiras forma uma população de aproximadamente 4.500 habitantes. Com solos férteis e grande potencial hídrico, a região conta ainda com reservas de manganês, minério de ferro e argila. Conhecida por sua tradição na produção de cachaça (água ardente), esta não tem sido suficiente para que as famílias desenvolvam uma economia sólida que lhes permitam, minimamente, garantir a reprodução social. Por que tal processo acontece? Pode-se destacar desde questões estruturais nas quais as comunidades camponesas se reproduzem no Brasil, o total direcionamento das políticas públicas que priorizam o mercado e a sujeição dessas famílias, até as especificidades (que não se descolam do processo mais geral) nas quais as relações de apropriação do produto do trabalho se estabelecem no povoado de Santa Luzia, em Caetité/BA.

Em linhas gerais, poucas foram as mudanças ocorridas no povoado de Santa Luzia, que – atreladas à falta de políticas públicas que considerem as condições concretas de vida das famílias, aliada a uma incipiente economia local (em que o pequeno excedente é comercializado, sobretudo, na feira livre em Caetité) –, pouco contribuem para a manutenção das famílias e a permanência no campo. Isso acaba levando parte dessas famílias, muitas vezes, à mobilidade da sua força de trabalho em direção ao assalariamento fora da localidade.

Assim, é de fundamental importância uma análise das transformações no processo de produção que ocorrem no povoado com a instalação da Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e seus derivados (APROCANA), primeira agroindústria do município de Caetité-BA, que tinha em vista a “melhoria” do processo produtivo da cachaça, no qual os camponeses deveriam cultivar a cana em suas terras e passar a produzir a cachaça e seus derivados na associação, contribuindo com 10% de tudo que fosse produzido para

a manutenção do estabelecimento. O grande questionamento da referida pesquisa não é a mudança do processo produtivo em si (o que deveria representar melhorias para os produtores diretos), mas o que está por trás dessas relações, em que, a princípio, aquilo que se apresenta como autonomia se consolida em uma inserção totalmente subordinada do campesinato local ou mesmo sua exclusão do processo.

Para o embasamento dessas discussões nos ancoramos em autores como: Martins (1981), Oliveira (1986 e 2001b), Marx (1984), Meszáros (2002), Antunes (2002), Marques (2002), Carlos (2007), Souza (2008), Lessa (2013), dentre outros. Na realização da pesquisa de campo, foram feitas entrevistas com cerca de 30 famílias do povoado de Santa Luzia, em Caetité/BA. Nestas, procurou-se abordar as condições para a produção, as dificuldades vivenciadas no processo de comercialização do excedente, as transformações decorrentes da implantação da APROCANA em suas produções, dentre outros dados sociais e econômicos. Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa de cunho predominantemente qualitativo, a quantidade de entrevistas foi determinada pela satisfação e complementariedade das respostas, e pela sua capacidade de atender aos objetivos estabelecidos. Além disso, pela proximidade com o povoado pesquisado, foi possível acompanhar as diversas etapas do processo produtivo: os cuidados com o cultivo, a colheita, a produção e o engarrafamento da cachaça. Por ocasião da realização da pesquisa empírica, a APROCANA encontrava-se fechada, o que impossibilitou um contato mais direto com sua direção. As informações prestadas sobre ela partiram dos próprios camponeses, e de pesquisa em jornais, *sites* e *blogs* locais. As principais informações prestadas por meio de entrevistas foram selecionadas, assim como as informações passíveis de quantificação foram tratadas, e parte dessas são apresentadas ao longo do artigo. Na relação teoria e prática, objetivou-se alcançar os elementos que nos permitiram fazer a leitura da realidade local vinculada à questão agrária brasileira e as dificuldades concretas de reprodução e luta do campesinato para permanecer na terra de trabalho (Martins, 1981).

### **Reestruturação das relações de trabalho no campo e o processo de sujeição da renda camponesa**

No pensamento geográfico brasileiro, o conceito de lugar adquire diversos significados, podendo, dentro de um viés teórico-metodológico, significar as relações

mais próximas, singulares, ou em outro, ser um modo específico de relações sociais, inserindo tal conceito em uma perspectiva mais ampla, o que remete à totalidade. Essa última leitura aproxima-se do debate posto por Carlos (2007) em que o lugar é, ao seu modo, o mundo, o que remete ao movimento dialético que vai da particularidade à totalidade e permite ver em uma realidade concreta a expressão de um movimento mais amplo. É nessa perspectiva que se buscou compreender as questões referentes ao povoado de Santa Luzia, na zona rural de Caetité/BA, que, embora apresente as particularidades de um modo de ser e se reproduzir, encontra-se inserido no debate das formas concretas de reprodução/sujeição camponesa frente a expansão das relações capitalistas de produção. Isso requer compreender o próprio campo brasileiro e seu papel na acumulação mais geral, em um contexto de divisão social e territorial do trabalho.

Lugar é um espaço construído, como resultado da vida das pessoas, das relações sociais que ali se desenvolvem, enquanto resultado da existência humana, produzindo, trabalhando, em um processo de desenvolvimento da sociedade. Essa realidade pode ser a cidade, o campo, o que se configura em lugar da vida, ou seja, onde a vida acontece (Carlos, 2007). É aí que se desenvolvem as relações sociais de que é constituída a história, onde, por meio de suas ações, homens e mulheres sobrevivem e estabelecem relações de trabalho, como acontece com as famílias camponesas do país e do povoado de Santa Luzia em estudo. Assim, Severino (1994, p. 58) reforça que: “[...] o trabalho é uma das mediações fundamentais da existência humana [...]” e afirma que “[...] trabalhar é condição imprescindível para que o indivíduo se humanize [...]”. Entretanto, há que se compreender que esse indivíduo, que se constitui, ao mesmo tempo, ser biológico e ser social, portanto sujeito da história, habita um determinado espaço e o altera mediante sua ação, por meio do trabalho. Portanto, ao tempo que transforma a natureza adequando-a às suas necessidades, também transforma suas próprias condições de vida e de toda a sociedade. Assim, este é tido como ser racional que (re)cria e é capaz de transformar e se adaptar às situações. Porém, a noção de trabalho sempre teve expressões históricas, seu exercício pelo homem como produtor de bens naturais sempre esteve subordinado ao poder político-econômico que atravessava a sociedade.

A fim de compreender melhor essas relações, cabe retomar o pensamento de Marx (1984), por meio do qual o trabalho é considerado a forma única e inevitável de intercâmbio entre a sociedade e a natureza, e que, portanto, só há sociedade sob a

condição de transformação da natureza por meio do trabalho humano.

Para se compreender melhor esse processo do trabalho e as transformações ocorridas nessas relações ao longo da História, nós nos reportamos a Antunes (2002) quando, por meio da leitura de Meszáros (2002), aponta o sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações, que emerge enquanto um sistema de segunda ordem que sobredetermina o sistema de mediação de primeira ordem – que configurava a humanidade até a emergência da sociedade capitalista propriamente dita. É esse sistema de metabolismo societal do capital que é resultado da divisão social que opera “a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (Antunes, 2002, p. 19).

No sistema de mediações de primeira ordem, prevalecia a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal, em que os seres humanos eram vistos enquanto parte da natureza, e esta servia à satisfação de suas necessidades elementares. Assim se regula sua atividade produtiva em conjunção aos recursos existentes, em que tal intercâmbio com a natureza visa à satisfação das necessidades humanas, um sistema de trocas compatível e alocação racional dos recursos materiais e humanos, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes.

A essa forma de mediação de primeira ordem erige-se e sobredetermina um sistema de mediação de segunda ordem, estabelecendo hierarquias estruturais de dominação e subordinação. Nesse contexto, consolida-se o sistema do capital enquanto uma “enorme coleção de mercadorias”, tal qual posto por Marx, em que a mediação sociedade-natureza por meio do trabalho não se faz mais para a satisfação das necessidades humanas, mas para se produzir mercadorias, expandindo o valor de troca para as mais variadas atividades da produção. E nesse processo de alienação,

(...) o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de objetividade reificada – um mero ‘fator material de produção’ -, subvertendo desse modo, não só na teoria mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto. (...) Entretanto, a questão que permanece para o capital é que o ‘fator material da produção’ não perde a condição de sujeito real da produção (Antunes, 2002, p. 25).

É com base nessa realidade que se pode compreender as transformações ocorridas no campo brasileiro, enquanto uma realidade mediada pela lógica da produção de mercadorias e apropriação de parcelas do trabalho, em que a realidade da produção da cachaça no povoado de Santa Luzia é compreendida como parte desse processo. Ou seja, à medida que tal produção não se efetiva, completamente, para a satisfação das famílias

– mas é mediada pelos elementos fetichizadores do mercado, constituindo-se em mercadorias vinculadas às relações de troca – é que se pode compreender as formas de apropriação do trabalho camponês. Nesse caso, é através do processo de sujeição de parte de sua renda, tal qual apontado por Martins (1981). Isso se efetiva, à medida que o valor do produto é rebaixado e os camponeses se encontram totalmente sem alternativas, tendo que entregar sua produção para os atravessadores ou mesmo à associação – que se apropriam de parte da renda que deveria ser destinada a quem trabalhou. No processo de circulação, agrega-se valor ao produto, e o capital também se apropria de sua fração, sob a forma de lucro.

Para tanto, observa-se que as relações capitalistas de produção e a divisão social do trabalho trazem consigo os aspectos políticos, sociais e econômicos que os configuram em territórios “produtores de mais valor e renda da terra”. É com base nessa realidade mais ampla que se compreendem as relações que hoje predominam na produção de cachaça, no povoado de Santa Luzia, aparentemente definidas pelas “relações locais”, esquecendo-se que se está permeada das relações de troca que configuram, mundialmente, a expansão de capital em direção, de modo desigual e combinado, aos lugares mais longínquos.

É com base nisso que se pode obter um tratamento teórico que permita transbordar a realidade local como “um em si”, mas enquanto uma singularidade inserida no processo mais amplo de produção de mais-valor. Assim se compreendem as formas em que a produção se organiza, seus destinatários e objetivos, bem como de que maneira os camponeses da localidade (assim como os demais) buscam formas de se manter na terra de trabalho, ainda que sujeitando, disponibilizando, parte da renda advinda do “suor de seu trabalho”. Considerando a leitura de que o modo de produção se desenvolve de forma desigual e combinada, torna-se notório apontar que grande parte dos camponeses, produtores de cana e derivados (água ardente/cachaça), não contam com qualquer tipo de formação para aperfeiçoar o cultivo e o processo produtivo. Constatou-se, por meio de pesquisa de campo, realizada nos anos de 2019 e 2020, que apenas 20% destes tiveram acesso às capacitações que foram oportunizadas exclusivamente para os associados da APROCANA, voltadas especificamente para a produção dos derivados da cana. Nesse caso, a associação atende, perfeitamente, aos designios do mercado e exclui os sujeitos que não se deixam sujeitar, completamente, a esse tipo de produção.

Como parte da lógica camponesa de se reproduzir, no povoado de Santa Luzia-BA, ainda perdura a questão da hereditariedade (em que as pequenas unidades de produção são passadas de pai para filho e divididas entre estes), provocando uma expansão dos sítios e de pequenos produtores, muitas vezes se constituindo de pequenos minifúndios incapazes de garantir o sustento da família por meio do trabalho na terra. A média das unidades de produção das famílias entrevistadas fica em torno de 1 até 3 hectares, e raramente passa disso<sup>1</sup>. Por vezes, a propriedade é dividida com outros membros da família (filhos, irmãos, sobrinhos, etc.). A pouca terra, nesse caso, acaba sendo um agravante para conciliar a produção de alimentos e a criação que garanta a reprodução da família. A opção pelo desenvolvimento predominante de apenas um tipo de cultivo acaba por deixar, ainda mais, esses sujeitos assujeitados ao mercado.

Além da produção de alimentos para o consumo (feijão, milho e outros), as famílias têm no cultivo da cana a sua principal fonte de renda. Algumas apenas para produção de seus derivados (mel, rapadura e cachaça), outras para venda dessa produção aos comerciantes de cachaça, o que, aparentemente, aumenta a renda da família, mas não é suficiente para propiciar a melhoria nas suas condições de vida.

Com as relações de trabalho constituídas, predominantemente, por força de trabalho familiar e uma produção desenvolvida com poucos recursos técnicos, o pequeno camponês utiliza-se de técnicas simples, desde o preparo do solo até o estágio final do produto, em que participa de todo o processo produtivo. Ao longo dos tempos, a maior mudança que apontaram na produção foi a alteração do engenho de moenda movido por tração animal para o movido a eletricidade e/ou motor a óleo.

Outra dificuldade visível no povoado em estudo é a falta de uma política agrícola voltada para a realidade dos camponeses, em que esses possam ser considerados sujeitos e não apenas força de trabalho para o capital. A política agrária brasileira volta-se ao grande mercado, mais recentemente ao agronegócio – que mantêm as relações econômicas internacionais sob a forma de produção de *commodities*. No entanto, dados

---

<sup>1</sup> De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, o município de Caetité apresentava um índice de Gini de 0,695, configurando-se como uma estrutura fundiária de concentração forte a muito forte. O Módulo fiscal definido pelo INCRA para o município (adequado ao sustento de uma família de 4 membros) é de 65 hectares e a Fração Mínima de parcelamento é de 3 hectares. A realidade das famílias entrevistadas no povoado de Santa Luzia permite concluir que essas estão muito longe do ideal definido pelo INCRA e muitas dessas sequer possuem a fração mínima de parcelamento, ao se considerar a quantidade de membros que partilham a mesma terra.

oficiais, a exemplo do Censo Agropecuário realizado no ano de 2006<sup>2</sup>, demonstram que são nas pequenas e médias unidades produtivas que se encontram a maior parte da produção dos alimentos básicos que compõem a mesa dos brasileiros. Em pesquisa de campo realizada no povoado de Santa Luzia, essa diversidade da produção alimentar é visível, mas a pouca quantidade de terra e os poucos ou inexistentes incentivos para se produzir fazem com que esses sujeitos sobrevivam com maiores dificuldades. A produção da cana e, posteriormente, a transformação desta em cachaça – além de representar uma realidade cultural na comunidade, cujos conhecimentos no processo da produção passam de geração para geração – acabam sendo, também, uma oportunidade de produzir e vender o produto como forma de manter minimamente a sobrevivência.

Sobre a produção da cachaça, as dificuldades vão desde a falta de subsídios até o controle sanitário na produção propriamente dita. Estas acabam por repercutir nos preços do produto final do trabalho, que – desvalorizado – passa a representar maiores dificuldades à reprodução social das famílias. A falta de suporte para os pequenos produtores e, sobretudo, a carência financeira (visto que a cachaça, mesmo diante de tanta “notoriedade” na região, não atinge, com os atravessadores e a associação, valores considerados suficientes para a manutenção dessas famílias) dificultam investimentos no processo produtivo e melhorias no setor.

Apesar disso, os camponeses se mantêm no processo produtivo, compondo essa classe marginalizada pelo capital, desprovida dos recursos necessários à produção, e por isso mesmo tendo parcela significativa de seu trabalho apropriada por outros sob a forma de renda. [...] “a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira. O acesso ao crédito rural tem sido difícil, pois apenas 5% tem acesso ao mesmo, ficando com apenas 30% do total” (Oliveira, 2001a, p. 189). Ressalta-se que, em si, o acesso ao crédito não é capaz de permitir melhoria nas condições concretas dos camponeses, se esse não vem no sentido de garantir uma mínima autonomia no processo do trabalho, uma vez que os produtores diretos se tornam apenas força de trabalho para produzir o que o mercado determina e totalmente subsumidos ao capital financeiro.

---

<sup>2</sup> No ano de 2017, foi realizado outro Censo Agropecuário e, embora nesse também seja possível evidenciar o importante papel dessas pequenas e médias propriedades na produção de alimentos, preferimos fazer alusão ao Censo Agropecuário de 2006, vez que existem críticas acadêmicas importantes sobre este último Censo, a mudança na metodologia para mascarar questões do campo, dentre outras situações, chegando-se mesmo a ser denominado Censo do Golpe. Sobre o assunto, a quem interessar, pode-se consultar a publicação coordenada por Mitidiero (2022).

O baixo retorno financeiro na produção de cana e de cachaça não permite aos camponeses fazer grandes avanços no processo produtivo, possibilitando-lhes melhorar a qualidade, agregar valor aos produtos e se inserirem em outros mercados. Por isso, ficam à mercê dos preços ofertados pelos atravessadores, fato que se agrega à deficiente política de crédito. O acesso ao crédito rural via financiamentos lhes é dificultado ou os deixa em uma condição ainda pior, aumentando o processo de seleção e expropriação dos camponeses pobres e com mais dificuldades para produzir, e na maioria das vezes, não conseguem cumprir com o pagamento da dívida, ficando reféns dela. Além disso, o pequeno produtor tem outro agravante. [...] “Tornava-se, assim necessário o intermediário, comerciante, que passa a figurar entre o produtor e o consumidor”. (Oliveira, 1986, p. 24), o que se configura na linguagem de alguns produtores de “gato” e/ou atravessador, pessoas que não participam do processo produtivo, mas que lucram com a compra do produto com baixo valor e revendem por valores mais elevados.

Nesse processo, as estratégias do capital para se apropriar do trabalho não-pago se expandem para todos os espaços, no campo e nas cidades, seja por meio do sistema de crédito, ou das ditas políticas públicas de “inserção ao mercado”. Sobre essas últimas, ressalta-se importante análise desenvolvida por Lessa (2013) ao apontar o caráter de classes dessas, enquanto uma prática que aparentemente serve aos trabalhadores, mas que em essência se constitui em mais uma tentativa de abafamento da luta de classes, possibilitando a ampliação do mais-valor desse expropriado – um verdadeiro “canto da sereia”, que aprisiona o sujeito, ao invés de libertá-lo.

(...) Nenhum sinal de “desmercadorização”, de um “Estado moralmente elevado”, voltado ao bem-estar dos mais carentes. A história tem lá suas ironias. (...) Há, portanto, que analisar com realismo as políticas públicas, suas finalidades e consequências. Há que ir para além do discurso fácil e apologético do *status quo* na análise das finalidades reais e das realizações do Estado de Bem-Estar. Todos os dados encontrados indicam que as políticas públicas do Estado de Bem-Estar, voltadas ao desemprego, aos idosos, ao racismo e à xenofobia, à saúde, à educação, às crianças e adolescentes, afirmam o predomínio da lucratividade e da estabilidade do sistema do capital sobre toda e qualquer outra consideração. Tal como antes dos “30 anos dourados” e tal como depois, nos anos de neoliberalismo (Lessa, 2013, p. 87-88).

Essa realidade da luta dos trabalhadores, de um modo geral, para se apropriarem do produto de seu trabalho, configura-se, também, na realidade da população camponesa, produtores diretos de alimentos e criadores de animais que produzem parte significativa

da alimentação dos brasileiros, mas que são submetidos precariamente às políticas estatais para o campo. Pela lógica da dependência imposta pelo capital, estas se encontram totalmente voltadas aos interesses rentistas dos grandes latifundiários e às empresas vinculadas aos setores industrial e financeiro, realidade que também não se distancia do povoado de Santa Luzia e do município de Caetité/BA.

### **A APROCANA no processo de sujeição camponesa ao capital**

Como parte das políticas públicas aliadas ao plano de desenvolvimento, via arranjos locais produtivos, por meio de agentes como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que incentivou e orientou a Secretaria de Agricultura do Município, surgiu a ideia de montar uma cooperativa dos produtores de cana-de-açúcar e derivados, pois assim, em princípio, aumentariam a produção, bem como a possibilidade de captação de recursos para investir na sua qualidade. Entretanto, como afirma Lessa (2013), a expropriação pelas classes dominantes da riqueza gerada pelo trabalho requer a criação e a reprodução do Estado. Neste propósito, procuraram-se parceiros para que pudesse dar um novo rumo ao processo produtivo, com a participação dos pequenos produtores, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC), para captação de recursos que viabilizassem a implementação da Associação dos Produtores de Cana-de-açúcar e seus derivados (APROCANA) – tendo em vista uma produção em larga escala, em um processo totalmente industrial, agregando valor ao produto, obtendo maior lucratividade e melhor aceitação no mercado.

Desse modo, a APROCANA teve sua fundação em 16 de outubro de 2003. Contudo, somente quase oito anos depois, após várias discussões, capacitação dos associados e captação de verbas, suas instalações foram inauguradas em 11 de dezembro de 2010. Via recursos “públicos” (federal, estadual, municipal), sócios e parcerias como os órgãos supracitados, davam origem à primeira agroindústria do município de Caetité, que contava com a participação de 34 associados.

Ao se fazer uma leitura do campo brasileiro com base no aparente, pode-se até imaginar que tal forma de inserção dos pequenos agricultores, via políticas públicas que visam o “desenvolvimento”, pode ser capaz de, efetivamente, alterar as condições de vida

daqueles que vivem do trabalho no campo. Uma leitura mais atenta, entretanto, deve questionar que projeto de desenvolvimento é esse, quando não vem assentado em resguardar a autonomia dos sujeitos que trabalham, de modo que estes possam se apropriar da renda gerada e não apenas vê-la ser drenada para as mãos do mercado. A lógica é excludente, uma vez que sequer dá a chance de inserção dos sujeitos mais pobres. Para os que se inserem, as condições de trabalho não os permitem avançar em direção a melhorias concretas na produção e comercialização. A política de crédito engessa os sujeitos a *o que, como e quanto* plantar, retirando toda a autonomia daqueles que trabalham. A dívida junto ao capital financeiro transforma os sujeitos em devedores, implicando na apropriação de parte de suas rendas para o pagamento dos juros. A dependência financeira dos produtos agrícolas intensifica a dependência junto ao capital industrial. O capital adentra e sobredetermina a produção no campo.

No processo geral da acumulação do capital, ou seja, a pequena produção camponesa é entendida como uma atividade sustentada pelo capital. E o objetivo desse processo é a expropriação da renda da terra. A manutenção dessa situação decorre do papel desempenhado pelo Estado, pelo capital bancário e particularmente pelos monopólios de comercialização (Oliveira, 1986 p. 12).

O que se visualiza nesse processo é uma tentativa camuflada do Estado de ocupar esse território em nome do desenvolvimento em prol de todos, atendendo ao capital e a uma reestruturação produtiva no campo, por esse viés, numa tentativa de oprimir os pequenos produtores, fazendo com que passem a produzir na cooperativa, deixando parte do seu produto (10%), vislumbrando uma melhoria na qualidade de vida que nunca chegará a existir. O que vai ocorrer é apenas uma alteração nos modos de comercialização, eliminando a presença dos atravessadores, visto que as vendas passam a ser de forma mais direta, podendo a cachaça por litro e/ou carga alcançar valores mais elevados aos alcançados atualmente. Mas, o processo não se limita à supressão da presença do atravessador, apenas são as formas capitalistas travestidas de renda da terra que não fica, em sua maioria, nas mãos do sujeito que trabalha. Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, “uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (Oliveira, 1986, p. 13).

Nesse processo, para se apropriar da produção, as empresas não precisam investir na compra da terra ou nos meios e instrumentos de trabalho, sequer na compra de força de trabalho. A renda é apropriada no processo de monopolização da produção,

conforme evidencia Oliveira (2001a), e não se reverte em melhorias das condições de vida da população local.

Esse processo configura-se na exploração do pequeno produtor, em que este vai permanecer na base da produção da cana, dando-lhe a ideia aparente de uma melhoria na qualidade de vida, mas que o mantém escravo do seu próprio trabalho, configurando-se na extração da renda, na qual não se terá acesso ao valor final da cachaça.

Para Oliveira (1986, p.13), estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. Um mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo, que se configura quer seja pela compra e venda da terra, ou pela subordinação da produção camponesa. No caso em estudo, é possível verificar a saída de camponeses da terra, via endividamento, ou mesmo a diminuição da quantidade de terra da família, dado os processos de fragmentação (sobretudo via herança) que fazem parte da lógica de reprodução camponesa; mas, o que chama atenção no caso em estudo é o processo de sujeição do trabalho camponês ao capital, sob a mediação da Associação e dos atravessadores, em que o camponês se apropria de muito pouco no processo final, quando não se encontra totalmente endividado, comprometendo a pouca renda que lhe resta, ou mesmo adquirindo insumos industriais para garantir uma próxima safra. O processo de sujeição de sua renda ao capital se processa completamente, em um círculo vicioso e ininterrupto.

A tentativa central é inserir os camponeses, fazendo com que passem a produzir totalmente vinculados às demandas da associação, em que o vislumbamento de uma melhoria nas condições de vida dificilmente irá ocorrer. A constituição da cooperativa deve partir dos interesses dos sujeitos que produzem, não do mercado. Do contrário, a condição de precariedade é irreversível. A Tabela 1 evidencia a faixa etária dos camponeses entrevistados, bem como o seu nível de escolaridade.

**Tabela 1** – Faixa etária e grau de escolaridade dos camponeses entrevistados, Povoado de Santa Luzia, Caetitê/BA, 2020

<b>Faixa etária dos entrevistados</b>		<b>Escolaridade dos entrevistados</b>	
Até 30 anos	20%	Analfabeto	0%
De 31 a 40 anos	20%	Alfabetizado	20%
De 41 a 50 anos	30%	1 ao 4º Ano/Fundamental	60%
De 51 a 60 anos	10%	Fundamental Incompleto	20%
Mais de 60 anos	20%	Fundamental Completo	0%

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2020.

Como uma característica geral do que acontece no campo brasileiro, a pesquisa empírica no povoado em estudo permitiu apontar uma forte relação dos sujeitos que vivem no campo com o trabalho praticado na terra, evidenciando que estes vivem sobretudo da terra, e não da venda da força de trabalho em outros setores produtivos, tal qual pregam os defensores da pluriatividade. A Tabela 1 evidencia a baixa escolaridade desses sujeitos, sobretudo dadas as dificuldades infraestruturais no campo, assim como a impossibilidade de conciliar o calendário escolar com as demandas da produção agrícola.

A composição etária dos produtores entrevistados está concentrada entre 30 até 50 anos de idade (70% do total). Verifica-se a expressividade dos baixos índices de escolaridade, em que a defasagem escolar é maior entre os mais velhos. Tendo em vista a renda ser, em geral, muito baixa, a falta de oportunidades e a necessidade de manter a sobrevivência das famílias acabam por facilitar a opção por deixar a escola em segundo plano. Esse fator é determinante para os que não conseguem se manter na terra e têm que se inserir no mercado de trabalho, uma vez que não dispõem de qualificação necessária para exercer determinadas atividades, sendo inseridos nos subempregos, recebendo baixos salários e estando sujeitos a maior exploração de seu trabalho, o que acomete, principalmente, a população mais jovem, ou por não terem mais terra para plantar ou porque querem experimentar a vida na cidade em busca de oportunidades que no geral não acontecem.

Outra característica bem evidente da população do campo é o número maior de membros da família, algo que contrasta com a maioria das famílias urbanas – que possuem menor quantidade de filhos. Faz parte da história de reprodução do campesinato a existência de muitos braços para “tocar a produção”, mas essa realidade fica comprometida quando se tem pouca terra, que se torna insuficiente para garantir a reprodução de todos os sujeitos. Isso pode ser evidenciado nos dados coletados em pesquisa de campo realizada no povoado de Santa Luzia/Caetité-BA, ao apontar que 10% dos entrevistados declararam que a composição familiar é composta por apenas 2 pessoas, o correspondente a família recém constituída e ainda sem filho, ou de famílias de pessoas mais velhas, em que os filhos já são casados, dando origem a novas famílias. 70% dos entrevistados declaram ter uma família constituída por 4 pessoas, geralmente pai, mãe e dois filhos, aproximando-se da maioria das famílias nucleares urbanas, e das dificuldades de se manter mais filhos com as condições objetivas de que dispõem. Apenas 10% dos entrevistados declararam ter uma família um pouco maior, com seis pessoas ou mais, com

mais de dois filhos ou mesmo dada presença de algum familiar agregado (sogro, sogra, irmão). Outro agravante é, devido à dificuldade de sobreviver apenas com o trabalho na pouca terra, a mobilidade de parte da força de trabalho familiar, a exemplo dos mais jovens, incidindo nesse quantitativo.

Observa-se que a composição da família tem se alterado ao longo dos anos. Essa alteração pode estar atrelada ao aumento do custo de vida, bem como ao fato de que antes as famílias eram numerosas a fim de se tornarem força de trabalho necessária à manutenção das lavouras. A produção da cana e da cachaça, por exemplo, tem relação direta com o trabalho que é totalmente familiar e atrelado aos altos custos de vida, aos difíceis meios de sobrevivência, bem como a inserção da mulher no mercado de trabalho. A precariedade no que se refere à renda familiar, bem como a importância da atividade agrícola na vida das famílias entrevistadas também foram constatadas pela referida pesquisa.

Dos camponeses entrevistados, 10% apontaram uma renda familiar muito baixa, que não chega totalizar um salário mínimo. A maioria dos entrevistados (60%) declararam ser a renda familiar de apenas um salário mínimo e os outros 30% dos entrevistados apontaram uma renda familiar de até dois salários mínimos, geralmente por possuírem algum aposentado na família. A renda dos entrevistados do Povoado de Santa Luzia não passa desse total (dois salários mínimos) retirados a base de muito trabalho durante todo o mês, inclusive nos fins de semanas e feriados.

Ainda assim, foi possível constatar a importância da atividade agrícola na reprodução das famílias, 80% dos camponeses entrevistados declararam ser essa a principal fonte de renda da família, podendo ser complementada por programas governamentais de distribuição de renda ou direitos previdenciários. 50% dos entrevistados declararam que, com o trabalho agrícola, conseguem garantir apenas a subsistência da família, evidenciando as dificuldades no processo produtivo e na comercialização do produto final. Outros 20% dos entrevistados declararam utilizar parte da produção e comercializar o excedente, e 10% disseram que produzem apenas para a comercialização.

É notório observar a importância do trabalho na terra, da produção agrícola, e dentre essa o cultivo da cana para a produção da cachaça no povoado de Santa Luzia. Apesar disso, verifica-se que essa produção apresenta um lento desenvolvimento socioeconômico, realizada com poucos recursos e com a utilização basicamente da força de trabalho familiar, o que não tem contribuído para a melhoria da renda camponesa, bem

como na manutenção de parte das famílias, que, em geral, adquire uma renda familiar muito baixa no final do mês, em decorrência dos baixos preços que os produtos têm alcançado no mercado (cachaça vendida nos alambiques e repassada aos atravessadores ao custo de 2,50 a 3,00 reais o litro, 280 a 300 reais a carga/1.000 litros).

A figura do atravessador ainda é predominante no povoado, tendo em vista que apenas 30% dos camponeses entrevistados produzem na APROCANA e tem comprador próprio (cachaça convencional produzida na APROCANA, R\$5,00 o litro, envelhecida em barris de carvalho por 3 anos R\$20,00 o litro) e 50% deles revendem seus produtos aos atravessadores, e os demais em feiras livre e bares (Pesquisa de campo, 2019), com preços que não ultrapassam R\$ 6,00 a 7,00 o litro. A cachaça convencional recebe um rótulo prata e a envelhecida, um rótulo dourado. No caso dos camponeses mais pobres, esses dificilmente conseguem produzir o segundo tipo de cachaça, pois precisam produzir em maior quantidade e ter as condições para estocar o produto, algo incompatível com sua realidade. Além do processo de “seleção” praticado pela Associação, os preços conseguidos na produção não são tão melhores que os que a entregam aos atravessadores. No caso dos primeiros, as exigências são muito maiores, e para se conseguir preços um pouco melhores, há que se ter uma quantidade maior da produção que lhes permita estocar para agregar valor ao produto, realidade muito distante da maior parte dos camponeses entrevistados.

No comércio varejista a cachaça envelhecida, considerada de boa qualidade, pode atingir preços bem atrativos, que podem ultrapassar R\$ 50,00 o litro. No mercado internacional, a cachaça brasileira, considerada de qualidade, tem valor comercial agregado, sobretudo pela valorização cambial em relação a nossa moeda. Em 2020, uma reportagem da Carta Capital deu conta de evidenciar que a compra de um litro de cachaça brasileira ficava em torno de € 5 a 15 euros (R\$ 23,00 a 69,00), mas que na Europa, sobretudo na França – que é o principal importador do produto, era encontrada por € 35 a 40 euros (o equivalente a R\$ 162,00 a 185,00). A reportagem enfatizava, ainda, o crescimento do comércio do produto brasileiro, bastante apreciado pelos europeus, sobretudo franceses, principalmente no preparo de drinks, e cujo objeto de interesse recaía, sobretudo, à cachaça artesanal, já que a industrial não teria a mesma qualidade<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A referida reportagem pode ser acessada em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/cachaca-brasileira-ganha-espaco-na-franca/>

Ou seja, aquele produto que é colocado de baixo valor para os produtores da cachaça artesanal do povoado de Santa Luzia pode alcançar preços muito significativos no mercado nacional e internacional principalmente, mas esses produtores não acessam esse mercado e essa renda, que poderia melhorar as condições reais de vida das famílias. Essa renda acaba sendo apropriada pelos atravessadores, pela Associação (quando funcionava) e por empresas exportadoras do produto.

Parte significativa dos entrevistados (cerca de 70% destes) não se associaram à APROCANA por terem uma produção pequena, tendo em vista que possuem um lote de 1 a 3 hectares – e como possuem suas estruturas produtivas nesses sítios, não desejariam abandoná-las, bem como não visualizavam possibilidades de melhoria nas atividades da associação. Em ambos os casos se verificam as dificuldades de continuarem produzindo, o baixo valor agregado ao produto final e as diversas formas de intermediação da produção que acaba por se apropriar de parte da renda que deveria se destinar às famílias. A lógica da Associação, por si só, não garante a melhoria na vida dos sujeitos, antes disso, deixa-os ainda mais subsumidos. Para os mais pobres, estes sequer podem almejar a associação. Sua produção é mais fragilizada, e sua renda apropriada, em grande medida, pelos atravessadores. Em ambos os casos, a luta pela reprodução social e pela permanência na terra de trabalho configura o camponês local, referendando as dificuldades de reprodução dessa classe tal qual ocorre no país como um todo, realidade imposta por um modelo de produção que não valoriza e nem legitima esses sujeitos. Mas, estes permanecem em suas terras de trabalho, e mesmo se sujeitando ao mercado, conseguem sobreviver da terra e ter um certo controle do processo do trabalho (Souza, 2008). Eis o campo enquanto expressão concreta da contradição.

### **Considerações finais**

Constatou-se que a comunidade rural de Santa Luzia, em Caetitê BA, tal qual a realidade vivenciada pelo campesinato brasileiro, reproduz-se no campo com uma série de dificuldades. Esse não é o projeto escolhido pelo Estado e pelas classes dominantes para se “desenvolver” o campo brasileiro, voltando-se aos interesses do agronegócio e das grandes propriedades. Contraditoriamente, estão nas pequenas e médias propriedades rurais a maioria da produção que alimenta a população brasileira, de acordo com os dados

disponibilizados pelo próprio Censo Agropecuário do IBGE (2006, 2017). Incentivar essa forma de produzir, longe de interessar apenas aqueles que vivem do trabalho no campo, deve ser algo priorizado pela sociedade brasileira como um todo. São esses os produtores de alimentos necessários à mesa dos brasileiros, e incentivar essa produção pode repercutir em uma alimentação mais barata e saudável, incidindo, positivamente, no combate à fome e à insegurança alimentar que atingem parcelas significativas da população brasileira<sup>4</sup>. Longe disso, o Estado brasileiro, enquanto ente político do capital, investe em um processo de desenvolvimento que só enxerga o camponês como apêndice da grande produção, reforçando os sérios problemas sociais existentes no campo na atualidade.

Ao se observar a realidade que constitui a produção de cana e cachaça no povoado de Santa Luzia, município de Caetité/BA, verifica-se o direcionamento das políticas públicas para atender aos interesses do mercado e que não se convertem em melhorias das condições de vida e manutenção das famílias. É perceptível que em Santa Luzia e nos povoados próximos, as oportunidades e diversificação das atividades econômicas não atendem às necessidades da população local. Diante dos problemas analisados, é possível evidenciar a hipótese de que a própria concepção das políticas públicas “de e para o mercado”, atrelada a questões socioeconômicas e históricas, apontam os processos do subsunção do trabalho e sujeição da renda, bem como a luta concreta das famílias em buscar melhorias no setor produtivo da cana e da cachaça, o que poderia promover e agregar valor aos produtos, possibilitando melhorias nas condições de vida dos camponeses, o que efetivamente não acontece.

No entanto, essa transformação teria que ser feita de modo que os produtores diretos pudessem investir em seus próprios alambiques, não perdendo assim sua autonomia, não produzindo apenas para atender à lógica do que o mercado define, portanto, valores de troca. Mesmo diante das instalações da agroindústria na região, foram

---

<sup>4</sup> Os dados divulgados pela Penssan, no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, mostraram mais de 33,1 milhões com insegurança alimentar grave. São 65,5 milhões com insegurança moderada ou severa, e 125,2 milhões de brasileiros com algum nível de insegurança alimentar. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-33-milhoes-passando-fome-como-disse-lula-entenda-a-divergencias-de-numeros/#:~:text=Os%20dados%20divulgados%20pela%20Penssan,milh%C3%B5es%20com%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave.>

poucos os camponeses que se tornaram sócios e passaram a produzir na associação e mesmo estes não conseguem se apropriar da maior parte da renda gerada com o suor de seu trabalho.

Contudo, mesmo os produtores que reconhecem as facilidades e melhorias no processo produtivo na APROCANA dizem não ter interesse em se associar, fato que demonstra a insegurança e o medo dos camponeses em se tornarem reféns de um sistema produtivo e das exigências que eles efetivamente não têm condições de cumprir.

Ainda assim, após a sua inauguração, a APROCANA tem enfrentado vários problemas de ordem administrativa, bem como de políticas de manutenção, tendo em vista que a última produção realizada na instituição foi em outubro de 2015, contracenando com a crise econômica que atravessa o país, estando praticamente em estado de abandono, o que lamentam os seus associados, que retomaram os antigos métodos produtivos para não morrerem de fome.

Do ponto de vista das perspectivas dos produtores diretos, prevalece um sentimento de frustração entre os associados. Aos que ficaram de fora do processo, as dificuldades com a apropriação de sua renda por parte dos atravessadores permanecem. De um modo, ou de outro, a situação pouco se altera. Ambos estão sujeitos à lógica do mercado, que fragiliza e engole a pequena produção, em nome do grande mercado concentrado nas mãos das classes dominantes. Só há uma possibilidade de se reconhecer e valorizar a pequena produção: a transformação da própria lógica societal, pautada na apropriação da renda da terra e da sede do lucro, para uma lógica em que os verdadeiros valorizados sejam os sujeitos, os produtores da riqueza.

## **Referências**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CARLOS, Ana Fani. Alessandri. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: Governo Federal, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar**. O caráter de classe das políticas públicas. Instituto Lukács, São Paulo, 2013

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo Ano 18, n. 19 p. 95-112 jul./dez. 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Censo agropecuário 2017**: o que revela o censo do golpe? Marília: Editora Lutas Anticapital, 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **ESTUDOS AVANÇADOS**. n. 15 (43), 2001b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação**: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta no/pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe/UFS. São Cristóvão/SE, 2008.

Recebido em 11/08/2023.

Aceito para publicação em 31/01/2024.